



Amazônia, populações tradicionais e conflitos territoriais.

Autora: Luisa Setton

2º semestre /2012

Introdução

O presente artigo pretende reunir conhecimentos sobre a região norte do país, conhecida como Amazônia. São muitas as possibilidades de inserção analítica nesta região, que, embora esteja em evidência, é ainda desconhecida por muitos brasileiros. Existem estudos sobre suas populações, as que moram hoje e as que habitaram há muito tempo atrás - há registros de 10.500 AP¹ (NEVES, 2000, p. 90); sobre a sua biodiversidade, arqueologia, mapas sobre o desmatamento e conflitos territoriais, estudos focados nos centros urbanos, nos mitos e na falta de recursos do Estado. Enfim, são muitos os temas que envolvem esta região.

Da perspectiva das escolas, é ainda possível estabelecer relações entre a Amazônia e quase todas as disciplinas presentes no currículo. A fim de trabalhar sob um enfoque sociológico, disciplina hoje presente somente no Ensino Médio, o objetivo deste artigo é refletir sobre a diversidade cultural da Amazônia, entendendo que para compreendê-la profundamente, é necessário esclarecer alguns outros temas relacionados à região. As características ambientais, o histórico dos projetos e ciclos de exploração econômica que por lá ocorreram, são um exemplo desta contextualização necessária. Este pano de fundo é fundamental para a compreensão dos atuais conflitos de territorialização, que em muito se relacionam às populações tradicionais, ao processo de reconhecimento da diversidade e aos processos de etnificação decorrentes. Com esses elementos, será possível, então, introduzir o entendimento sobre esta região e suas complexas realidades naturais, sociais e políticas.

¹ O termo "AP" é usado em trabalhos de arqueologia e significa "Antes do Presente". Usa-se "AP" ao invés de "a.C.", cujo significado é "antes de Cristo". Tendo por base o ano de 2012, se um fato ocorreu 10.000 a.C., pode-se também escrever como 12.012 A.P.



Tal objetivo está fundamentado na perspectiva de que a maioria da população que vive nas outras regiões do país, muitas vezes só tem acesso a uma informação estereotipada e pouco esclarecedora da realidade da Amazônia brasileira. Desconhecimento que pode gerar preconceito e intolerância. Dessa forma, a apresentação e conceituação das diferenças é também uma estratégia de aproximação intelectual que preenche uma lacuna conceitual presente em outras regiões do Brasil, a respeito do que é a Amazônia.

Por fim e para além dos currículos trabalhados hoje nas escolas, é importante mencionar que a educação formal brasileira está ancorada, sobretudo em perspectivas eurocêntricas. Livros e teorias do continente Europeu são trabalhados nos ciclos fundamentais e os alunos brasileiros saem das escolas com uma base de conhecimento que em nada se aproxima daquilo que é produzido no Brasil, fora das universidades. Inserindo o tema da Amazônia, ainda que de maneira geral e introdutória, tem-se também a perspectiva futura de que a partir dessa base, possamos considerar e valorizar outras formas de conhecimento.

Breve descrição geomorfológica – a Amazônia não tem só uma paisagem

Inicialmente, é importante esclarecer que existe no Brasil um conceito criado pelo governo federal, que identifica a região norte através do nome: “Amazônia Legal Brasileira”. Esta nomenclatura, instituída na década de 1950, fez parte de uma política nacional para integrar a região norte ao resto do país. A Amazônia Legal brasileira corresponde há cerca de 60% do território nacional e abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão (Figura 1).

O número de estados indica uma questão fundamental e ao mesmo tempo pouco divulgada a respeito da região: sua diversidade. A concepção de que a Amazônia é uma região com paisagens semelhantes em toda sua extensão, atinge tanto a perspectiva geomorfológica, quanto a perspectiva social. E, no entanto, ao estudá-la mais profundamente, torna-se visível o fato de que a realidade é mais complexa do que parece e de que, portanto, existem diferentes tipos de Amazônia.

É possível compreender a divisão da região de diversas maneiras, isto é, podemos pensá-la a partir dos recursos hidrográficos, considerando a Bacia



Hidrográfica do Rio Amazonas, ou ainda, pelo Bioma Amazônico. De acordo com essas leituras, a Amazônia se estende por outros países além do Brasil. Da perspectiva do Bioma Amazônico, podemos dizer que além do Brasil, oito países são considerados, são eles: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, sendo que mais de 60% dele (4.212.923 km²) encontra-se no Brasil².

Quanto à topografia da região, é preciso esclarecer que apesar desta ser comumente nomeada por apenas uma palavra, Amazônia, não apresenta apenas um tipo de cobertura vegetal, mas diversos biomas que se constituem nas florestas tropicais de grande extensão, alguns redutos de cerrados e regiões campestres, todos eles entrecortados por rios. Rios, que também não são semelhantes, uma vez que, ora carregam grande quantidade de sedimentos, como é o caso do Rio Amazonas e Solimões, ora seguem limpos, como o Rio Negro. Além dessas diferenças facilmente identificáveis, como as diferentes cores do Rio Negro e Solimões, há também as diferenças percebidas por estudos científicos de geólogos e geógrafos.

Outro fator bastante importante, por afetar a organização econômica da região, é a questão da qualidade do solo. Enquanto nas várzeas dos rios este solo é rico, pela enorme presença de nutrientes, nas regiões de terra firme, sua qualidade é bem diferente, o que impossibilita as atividades agrárias de grande extensão, mas ao mesmo tempo é suficiente para o roçado de subsistência que foi cultivado por grande parte da população até meados de 1960.

Há ainda diferenças quanto ao curso dos rios, que em alguns casos correm pelas planícies sem qualquer acidente em seu leito, e em outras regiões, como no Alto Rio Negro, formam pequenas quedas, que nos períodos de seca acabam se mostrando como pequenas cachoeiras.

Por fim, podemos observar que há uma grande diferença quanto à intensidade da devastação da floresta. Na grande extensão da Floresta Amazônica, os espaços devastados por atividades antrópicas³ não se distribuem de maneira equilibrada pelo território. Através de registros feitos anualmente por

² Dados da RAISG ([Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada](#)). 2010.

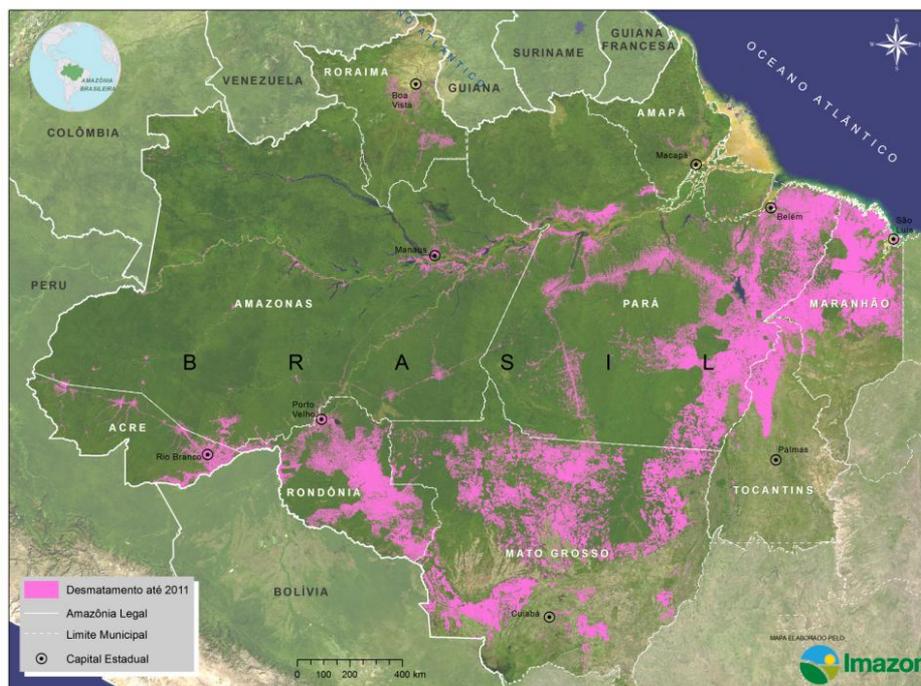
³ Atividade antrópica: Atividade ou ação do homem sobre o meio natural.



satélites, é possível perceber que a região sul do Pará, entre as cidades de Marabá e a Serra dos Carajás e Serra Pelada, é certamente a área que sofreu a maior devastação de matas tropicais em toda a Amazônia brasileira (Figura 1). A respeito dos diversos tipos de devastação da mata e dos projetos de infraestrutura realizados hoje em dia na região Amazônica, o geógrafo Aziz Ab'Saber, alerta:

Rasgões produzidos em qualquer subárea da Amazônia por meio de rodovias, gasodutos e eixos-viários mal planejados, certamente podem multiplicar os caminhos de devastação, centrados nos processos que vimos de analisar. (AB'SABER, 2005, p. 16)

FIGURA 1



Populações tradicionais: quem são? Como reconhecê-las?

Diversos estudos nas áreas da geografia, geologia e biologia continuam a ser feitos a respeito da região amazônica. Perceber a diversidade das paisagens e as diversas possibilidades de Amazônia caracterizadas por estas áreas de estudo, é um primeiro passo para a compreensão da região e desperta a atenção para



outra perspectiva, isto é: quem são as populações que vivem na Amazônia, hoje em dia?

Assim como a palavra Amazônia resume uma diversidade de paisagens de expressiva extensão territorial do Brasil, o termo populações tradicionais, funcionando como correlato, no âmbito étnico e cultural, abriga em um único termo, a imensa diversidade cultural dos povos que habitam a região da Amazônia, algumas vezes também identificados como *amazônidas*.

Estudos na área da arqueologia apontam que o início da ocupação humana na Amazônia teria ocorrido há cerca de 10.500 AP (NEVES, 2000, p.90). Outros indícios mostram que a produção de cerâmicas teria se iniciado na região da floresta tropical amazônica, fortalecendo a perspectiva que entende a Amazônia como uma área central durante o processo de ocupação humana no continente americano. Tais evidências mostram o quanto a ocupação humana na Amazônia é antiga e que estudos na área da arqueologia ainda podem render importantes conclusões para a compreensão da região.

Os dados da arqueologia nos permitem também perceber uma importante dimensão da vida das populações na floresta, qual seja, o manejo da biodiversidade através de suas práticas culturais, cultivadas desde séculos atrás. Discutindo o processo de formação das chamadas terras pretas, conhecidas pela alta fertilidade, em oposição a baixa fertilidade do solo geralmente encontrada, o arqueólogo Eduardo Góes Neves comenta:

As evidências crescentes para uma origem antrópica das terras pretas têm uma implicação importante para a arqueologia amazônica: mostra que a paisagem amazônica, como nós conhecemos hoje, não é só um produto da natureza, mas também da cultura, resultante de milênios de manejo humano. (NEVES, 2000, p. 94)

A identificação das populações tradicionais como participantes do processo de manejo da biodiversidade na Amazônia traz consequências para a perspectiva de ocupação dessa região, o que impacta diretamente nas políticas públicas de reconhecimento de áreas protegidas (Terras Indígenas e Unidades de conservação), bem como na revisão da ocupação fundiária da região. Os estudos que evidenciam a importância dos séculos de ocupação humana na Amazônia dizem que retirar as populações de suas terras, interferindo drasticamente na



maneira como vivem, e favorecer a ocupação das terras para atividades como o cultivo de soja ou gado, pode gerar impactos numa das maiores riquezas da região, que é a biodiversidade.

No texto “Populações tradicionais e conservação ambiental” (2009) de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, é possível encontrar uma breve discussão a respeito da abrangência do termo *populações tradicionais* e das dificuldades que surgem no processo de nomeação, vivenciado pela Antropologia, daquilo que é diferente. A respeito dessa necessidade de nomeação, os autores comentam que os termos criados nesses processos, as “criações da metrópole”, são primeiro lançados acompanhados de uma descrição daqueles que se espera aderirem a ele, e só depois que se habitam por pessoas de carne e osso. Pessoas que passaram a se entender como pertencentes da categoria criada.

Assim, tratando do contexto brasileiro, os autores inicialmente, preferem “definir as “populações tradicionais” de maneira “extensional”, isto é, enumerando seus “membros” atuais, ou os candidatos a “membros”. (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2009, p. 278). Porém, ao final do texto, os autores já esboçam uma definição que inclui a noção de conservacionismo, isto é: “populações tradicionais” são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista [...]” (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2009, p. 300). Tal prática conservacionista consiste não só no uso de técnicas de baixo impacto ambiental, como também na existência de organizações sociais igualitárias, liderança local, entre outros.

Nota-se que não é uma categoria definida apenas de acordo com a perspectiva dos impactos no meio ambiente, mas que recupera elementos sociais que estão diretamente ligados à forma de organização política, como também às características específicas quanto ao uso da terra. Mais do que pertencentes a uma categoria, as populações tradicionais constituem hoje também movimentos sociais organizados e cientes dos direitos que lhes são reservados na constituição.

Estes movimentos incorporam não só fatores étnicos, como também critérios ecológicos e de gênero no processo de auto definição coletiva. Assim, podemos encontrar uma grande diversidade de povos indígenas e quilombolas, mas também populações que se autodenominam seringueiros, nome que mostra relação direta com a atividade extrativista por eles realizada, ou ainda as



quebradeiras de coco babaçu, da região do Maranhão, grupo que leva no nome a indicação da restrição de gênero (ALMEIDA, 2004).

O que estes grupos apresentam em comum é o fato de lutarem pelo direito à terra, direito que apareceu pela primeira vez no texto constitucional em 1988, e que foi reafirmado por dispositivos infraconstitucionais, tais como as constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais, como é o caso da *Convenção 169 da OIT*, ratificada pelo Brasil e que versa sobre os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais.

No entanto, o fato do direito à diferença e do uso das terras tradicionalmente ocupadas estar assegurado pela constituição brasileira, não quer dizer que eles estejam sendo devidamente implementados, o que culmina com a organização das populações tradicionais em movimentos que visam pressionar o Estado. Segundo Almeida (2004), as tensões relativas ao reconhecimento efetivo dos direitos destas populações estão ainda relacionadas ao rompimento da invisibilidade social, que caracterizou estes povos historicamente, assim como a qualificação do uso da terra, que instituindo o comum, foge à estrutura agrária voltada para o lucro e exportação.

Assim, mesmo que se reconheça a Constituição de 1988 como grande marco divisório no que tange o reconhecimento do direito a diferença, caracterizando uma nova relação jurídica entre o Estado e as chamadas populações tradicionais, hoje, passados mais de vinte anos, não é possível dizer que estas políticas são devidamente implementadas.

Mesmo levando em conta que o poder é efetivamente expresso sob uma forma jurídica ou que a linguagem do poder é o direito, há enormes dificuldades de implementação de dispositivos legais desta ordem, especialmente em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como no caso brasileiro. (ALMEIDA, 2004, p. 11)

Soma-se ao histórico uso da terra em grandes propriedades controladas por um único dono, entraves burocráticos dos órgãos do estado, assim como a pressão exercida pelos grupos sociais, que sempre dominaram as terras no país.

Os movimentos sociais constituem então uma categoria que se compõe através de uma existência coletiva, de forma que a complexidade do processo de afirmação identitária, baseado na cultura e nos símbolos, se desloca para as relações políticas, marcando uma ruptura com a relação colonialista que sempre



diluiu as diferenças étnicas. Não só estão reconhecidas nos dispositivos constitucionais as diferenças culturais, como também está mencionado o direito às *terras tradicionalmente ocupadas*. E a grande quantidade de organizações políticas, criadas para garantir estes direitos, mostra que uma parte destas populações está consciente da existência deles e dos mecanismos necessários para pressionar o Estado a trabalhar pela sua efetivação.

Dentre a diversidade de povos que vivem hoje na região da Amazônia, podemos citar mais de 180 indígenas, mais de 500 comunidades quilombolas nos estados do Pará, Amapá e Maranhão⁴, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, atingidos por barragens⁵, além das populações que vivem nas grandes cidades e que se reconhecem, ou não nestas denominações.

O processo de monitoramento e registro dessas populações remete às discussões sobre reconhecimento e autodenominação, que estão diretamente ligadas à questão da identidade. Dessa forma, é preciso esclarecer que, o fato de ser índio, ou fazer parte de uma população tradicional, é uma produção cultural e uma categorização construída no contato, que pressupõe uma conscientização da diferença e também uma afirmação política. Dessa forma, ao identificarmos os povos, deve-se ter em mente que uma etnia, por exemplo, se considera e é considerada uma etnia, não porque carrega uma tradição intacta e estática nas costas, mas porque se “etnificou”.

É nesse sentido que a questão da identidade passa a ser tratada pela antropologia como uma questão de fronteira, e não mais como uma questão endógena. É na troca que se estabelece a identidade. Assim, para identificar essas populações tradicionais, não podemos procurar traços culturais específicos de cada população, ou totalidades culturais, como se as comunidades estudadas fossem homogêneas e como se suas práticas não estivessem sujeitas a alterações frente às inúmeras incursões na sociedade do seu entorno.

Assim como não devemos pensar que a identidade se define pela localidade ou pelos limites de algum território. Ao invés de procurar os traços étnicos ou os traços culturais reificados, seria mais interessante verificar como as

⁴ Dados consultados no site da *Fundação pró Índio e Instituto Socioambiental*. Disponível em <www.cpisp.org.br> e <pib.socioambiental.org>. Acesso em: 29 de setembro de 2012.

⁵ Populações que sofrem impactos em sua organização cultural, social, econômica e territorial, decorrentes da implementação de barragens.



sociedades elegem certos traços culturais para se identificar, pensando as culturas numa abordagem histórica, e não como uma prática fechada que se repete a cada geração.

Com esta breve reflexão, que aponta para temas complexos do conhecimento sobre as populações tradicionais, tais como o processo de constituição dos grupos étnicos, a necessidade da criação de termos na área da etnologia para identificá-los, e até sua importância no que tange o manejo da biodiversidade na região, é possível ter uma percepção mais profunda a respeito dos povos que vivem na Amazônia, da maneira como vivem e da maneira como se espera que eles se comportem.

Breves conceituações históricas – Raízes dos conflitos da região

No texto “Geopolítica da Amazônia”, Becker (2005) traz importantes considerações sobre a região amazônica, com a perspectiva de conceituar os diversos atores sociais existentes e conflitantes.

É interessante notar que a Amazônia, desde os tempos da coroa, sempre foi uma região que causou empecilho às estratégias políticas. Portugal não só não tinha recursos para ocupar a região, como também faltavam pessoas dispostas a povoar este imenso território. Assim, enquanto as outras regiões do Brasil foram habitadas, o processo de ocupação da Amazônia se fez em surtos ligados a demandas externas, seguidos de grandes períodos de estagnação e decadência.

Anexada à colônia portuguesa chamada Brasil, a região amazônica só foi efetivamente ocupada pelos portugueses em 1630, quando já levava o nome de Grão Pará e Rio Negro. Quanto às atividades econômicas da região, podem-se mencionar quatro diferentes grandes períodos: a primeira fase baseada na extração de drogas do sertão, a segunda fase associada ao decreto do Marquês de Pombal, que reconhecia o Maranhão e o Grão Pará como estados do Brasil, caracterizada pela agricultura capitalista de pequenos proprietários, em 1760; a terceira fase, que teve início em 1890 com o extrativismo voltado à exportação da borracha, e por fim, a atividade industrial eletroeletrônica da década de 1970, na Zona Franca de Manaus.

Até a década de 1960 não existia nenhuma estrada que ligava os estados da região Norte ao resto do Brasil, e a população era predominantemente rural



(cerca de 60%). A ligação com o Brasil era feita através de navios, pelo litoral. Até aproximadamente esta época, a população que vivia na Amazônia conseguia tirar o seu sustento dos rios e das matas, de modo que quase não havia necessidade de adquirir artigos industriais para garantir a subsistência das famílias.

Esta situação se transformou quando, nas décadas de 1940 e 1950, populações nordestinas passaram a migrar para a Amazônia em busca de oportunidades de trabalho no garimpo, nos seringais ou ainda nas fazendas de gado. A diferença dessas populações e das populações nativas está ancorada na capacidade de retirar da natureza todos os elementos necessários para viver. Desta forma, o migrante nordestino, quando se estabeleceu na região da Amazônia, tinha na roça sua atividade principal e desconhecia grande parte das riquezas que a floresta podia lhe fornecer.

Com o golpe militar, em 1964, surgiram políticas públicas para a Amazônia que visavam preencher o que era visto por eles como um *vazio demográfico*, improdutivo e pouco rentável. Dessa forma, foram criados incentivos fiscais para empresários que quisessem investir na indústria, na pecuária ou no setor madeireiro, e órgãos como a SUDAN (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco do desenvolvimento da Amazônia). Além disso, foram facilitados os processos de compra de terras, através de editais publicados nos jornais das capitais ou Diários oficiais, incentivando a migração dos trabalhadores da região sul do país para a região norte e criando novas estradas para ligar a região ao resto do país, entre outras medidas que não cabem ser explicitadas aqui.

Hoje em dia, é possível afirmar que as principais ameaças presentes na região decorrem do desmatamento, ocasionado predominantemente pela exploração madeireira e a pecuária ilegais, pelo forte posicionamento do governo federal no sentido do aproveitamento do potencial energético da Bacia Amazônica e, por fim, pela atividade mineradora.

Todas essas formas de uso da terra geram conflitos e interferem no modo como as populações tradicionais vivem e utilizam o solo, sejam eles ribeirinhos, seringueiros, indígenas ou quilombolas. Além disso, ocasionam perdas para a sociedade em geral, tais como a descaracterização ambiental, perda da qualidade de vida e aumento da violência. Cada uma dessas pressões possui suas dinâmicas



próprias, que valem ser avaliadas e compreendidas em seus contextos específicos. O fato é que o impacto delas, muitas vezes gerado pelo aumento da população em regiões antes pouco habitadas e quase sempre com pouquíssima infraestrutura, são severos, profundos e determinantes para a vida da população local.

No caso da Unidade Hidrelétrica Belo Monte, obra bastante divulgada e comentada pela mídia, as notícias sobre a cidade de Altamira – PA, onde está localizado o canteiro de obras, são críticas. Além do desalojamento de famílias das áreas em que moram e de onde tiram seu sustento, o impacto de obras como essas pode ser sentido no aumento da população, por exemplo. Segundo dados do próprio governo, a expectativa é que a cidade passe a contar com 195 mil habitantes a partir do início das obras. Antes disso, o censo apontava para a existência de 95 mil pessoas em Altamira. Ou seja, a população vai mais do que dobrar em uma região onde os serviços essenciais são precários.

A Hidrelétrica de Belo Monte é considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), empreendido pelo Governo Federal. A obra é tema de intensos debates. Por um lado, o Governo Federal, que deseja explorar o potencial elétrico do Rio Xingu, com a justificativa de que o Brasil precisa de energia para continuar crescendo e que o Rio Xingu é um excelente meio de consegui-la. Por outro, a sociedade civil e lideranças indígenas que defendem que os impactos da obra não foram devidamente analisados e que sua execução poderia ocasionar grandes transtornos sociais e ambientais.

Conclusões

Estas breves informações sobre o histórico de ocupação da Amazônia, pretendem preencher uma lacuna a respeito da história da região que faz com que até hoje, ela seja vista através da perspectiva de reserva, estoque genético, vazío demográfico ou, ainda, espaço rústico e exótico, perfeito para o turismo. A história mostrou como as opções do governo, por meio de políticas públicas e dispositivos legais estiveram muitas vezes baseadas em valores imediatistas, que procuravam atender a demandas de mercado externas, e não uma política que pensasse a ocupação e a manutenção da riqueza das florestas em longo prazo.



Nomes como os citados acima são criados e utilizados para caracterizar a região da forma que seja mais conveniente e que esteja de acordo com as pretensões do Estado. É importante notar, contudo, que este modelo que é historicamente implementado na região Amazônica, vem sendo criticado por estudos de diversas áreas do conhecimento (antropologia, arqueologia, geografia, biologia, na área da genética e na área ambiental, entre outros).

Em uma economia capitalista, de passado escravista e colonial, os avanços nas legislações despertam as populações tradicionais para a luta por seus direitos, às terras tradicionalmente ocupadas e à manutenção de sua cultura. No entanto, para que a floresta continue em pé e não seja aos poucos destruída, é necessário que o governo, através de políticas públicas efetivas, torne seu valor econômico compatível com o valor da soja, madeira e pecuária. Para Becker (2005), um dos meios de se garantir este valor econômico é o estabelecimento de cadeias tecno-produtivas, com base na biodiversidade que englobe desde as comunidades tradicionais até os centros de tecnologia.

A floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com a madeira, com a pecuária e com a soja. Mesmo com os grandes avanços na sua proteção, a questão de manter a capacidade sustentável da floresta ainda não foi solucionada. (BECKER, 2005, p. 85)

Enquanto o Estado faz, ou não, a sua parte, as escolas podem aproveitar seu espaço privilegiado de construção de conhecimento para informar aos jovens sobre a região amazônica. Uma tarefa que, embora pareça simples, é totalmente desconhecida e pouco aplicada. O esforço de construir um panorama da região faz com que, algumas vezes, as análises aqui expostas estejam pouco aprofundadas. No entanto, a partir deste mapeamento introdutório nos âmbitos ambiental, social e político, acredito que seja possível e, sobretudo, necessário, iniciar a discussão sobre a região Amazônica.



Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (2004). Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro. Volume 6. Número 1. Maio 2004.

AB'SÁBER, Aziz. (2005). Aziz Ab'Sáber: problemas da Amazônia brasileira. In: Estudos Avançados 53 - Dossiê Amazônia I. São Paulo.

BECKER, Bertha K. (2005). Geopolítica da Amazônia. In: Estudos Avançados 53 - Dossiê Amazônia I. São Paulo.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro (2009). Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Cultura com aspas, Cosac Naify.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. (2011). Amazônia: história e análises de Problemas – do período da borracha aos dias atuais. 3 ed. rev. e atualiz. / Belém. Cejup.

NEVES, E. G. (1999). O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica. Revista USP, Brasil, v. 44.

SOUZA, Márcio. (2005). Afinal, quem é mais moderno neste país? In: Estudos Avançados 53 - Dossiê Amazônia I. São Paulo.

Comissão Pró Índio de São Paulo. Disponível em: < <http://www.cpisp.org.br/>>. Acesso em: 29 de setembro de 2012.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <pib.socioambiental.org> Acesso em: 29 de setembro de 2012.

Red Amazônica de Información Socioambiental Georreferenciada. Disponível em: <<http://raisg.socioambiental.org/>>. Acesso em 26 de novembro de 2012.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

Belo Monte, Anúncio de uma Guerra. Direção: André D'Elia, 2012.